



NOVIDADES LEGISLATIVAS

Nesta Edição:

- Câmara aprova texto-base de projeto que fixa alíquota de ISS em 2%;
- CNI participa de Seminário sobre Propriedade Intelectual;
- Audiência pública na Câmara discute a guerra fiscal;
- Especialistas discutem crise no Setor Elétrico;

Câmara aprova texto-base de projeto que fixa alíquota de ISS em 2%

Foi aprovado no Plenário da Câmara o texto-base, na forma de Emenda Substitutiva Global ressalvados os destaques, do PLP 366 de 2013, de autoria do Senador Romero Jucá (PMDB/RR), que altera a Lei do ISS (Lei Complementar 116/03) para:

- ✓ fixar em 2% a alíquota mínima de ISS;
- ✓ determinar que o ISS não será não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em uma carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida;
- ✓ incluir na exceção de cobrança do imposto no local da prestação do serviço: reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios;
- ✓ afastar os conflitos de competência nos serviços florestais sujeitos ao ISS;
- ✓ prever que, na prestação de serviços de construção civil, não se incluirá na base de cálculo do ISS o valor dos materiais adquiridos de terceiros fornecidos pelo prestador;

Painel

Plenário da Câmara rejeita requerimento de urgência ao projeto da NR 12

O Plenário da Câmara rejeitou requerimento de urgência ao PDC 1408/2013, que susta a NR 12 - Segurança em máquinas e equipamentos.

Encaminharam a votação pela aprovação o deputado Silvio Costa (PSC/PE), autor do Projeto, e pela rejeição o deputado Alexandre Molon (PT/RJ).

O resultado da votação foi de 211 votos pela rejeição e 192 pela aprovação.



- ✓ prever o fim do conflito tributário entre ISS e ICMS para o setor gráfico;
- ✓ incluir novos serviços ao Anexo ligados: à tecnologia da informação (elaboração de programas de tablets e smartphones, computação em nuvem): à locação empresarial de bens móveis e imóveis; ao saneamento ambiental; à composição gráfica; e à veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, por qualquer meio, exceto em livros, jornais, periódicos, radiodifusão sonora e de sons e imagem de recepção livre e gratuita.

A votação dos destaques acontecerá na próxima semana.

CNI participa de Seminário sobre Propriedade Intelectual

A Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação da Câmara dos Deputados promoveu, na manhã de hoje, Seminário sobre Propriedade Intelectual. A reunião foi conduzida pelo presidente da Frente Parlamentar, deputado Izalci (PSDB/DF).

Participaram, como debatedores: João Emílio Padovani, Gerente Executivo de Política Industrial da CNI; Maria José S. Mendes Giannini, da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho e Beatriz Amorim Borher, vice-diretora da Organização Mundial de Propriedade Intelectual.

Para João Emílio Padovani, as políticas de Propriedade Intelectual devem levar em consideração o cenário de comércio internacional em que o Brasil está inserido, destacando que deve se discutir um alinhamento de políticas públicas que impulsionem a pesquisa e desenvolvimento. Apontou ainda que grande parte dos problemas enfrentados pelo Brasil quando se trata de Propriedade Industrial não decorrem de lacuna jurídica, mas de fontes de financiamento, estímulo a inovação e principalmente pela fragilidade do INPI. Por fim, destacou que os projetos de lei em tramitação que visam alterar a lei de propriedade intelectual, focam apenas no setor farmacêutico, sem levar em consideração possíveis danos aos demais setores.

Para Beatriz Amorim, da OMPI, propriedade intelectual é um instrumento multidisciplinar que deveria ser utilizado para desenvolvimento econômico. Defendeu que o valor é agregado ao produto antes e depois da fabricação e dessa forma, a gestão da propriedade intelectual se torna muito importante para que se intensifique a segurança jurídica.

Por fim, segundo Ellen Sampaio, do INPI, marcas e patentes configuram ativos intangíveis de uma empresa e muitas vezes tem mais valor que ativos tais como estoques e patrimônio. Ellen destacou que existe uma demanda acumulada de pedidos ainda não examinados que tem gerado um atraso crônico no tempo da concessão dos direitos de Propriedade Intelectual, problema que ocorre especialmente devido ao déficit de pesquisadores na instituição.

Audiência pública na Câmara discute a guerra fiscal

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) realizou audiência pública sobre a guerra fiscal do ICMS para discutir a convalidação dos incentivos concedidos, a equalização de alíquotas e a compensação financeira aos estados.

Marcelo Ramos de Mello, representante da Receita Federal e do CONFAZ, explanou os primórdios da guerra fiscal e como esta serviu para atrair investimentos para as regiões mais afastadas do centro geoeconômico. Num primeiro momento, as medidas foram benéficas, mas depois viraram um problema, uma vez que geraram perda de arrecadação e falta de segurança jurídica para as empresas. Segundo ele, o ambiente de guerra fiscal está na beira da solução, pois o STF está prestes a editar Súmula Vinculante declarando a inconstitucionalidade da concessão de incentivos fiscais feita à revelia do CONFAZ (com ou sem modulação de efeitos).

Flávio Castelo Branco, Gerente Executivo de Políticas Econômicas da CNI, expôs os efeitos da preponderante insegurança jurídica advinda da possibilidade de publicação da Súmula do STF, que pode retroagir em até cinco anos, obrigando as empresas a reembolsarem os benefícios.

Segundo ele, é inconcebível a aplicação da Súmula sem modulação dos resultados, visto que as empresas ofertaram preços baseados nesses incentivos e não há repactuação dos preços das mercadorias já vendidas. Além disso, a incerteza no âmbito dos incentivos impossibilita que as empresas realizem novos projetos de investimento, pois, efetivamente, elas não sabem a tributação que será aplicada. Por isso, conforme ele, todos perdem com a guerra fiscal: as empresas que não têm segurança jurídica, os estados que ficam sem mecanismos de atração de investimento e o Brasil, que reduz a arrecadação e o investimento.

Ainda, segundo o representante da CNI, dado as consequências da guerra fiscal e da possibilidade de decisão do STF é imprescindível que o problema seja resolvido no âmbito do Legislativo com a edição de um novo marco legal. Para tanto são necessárias: a aprovação da convalidação dos incentivos fiscais existentes (PLP 54/2015), a unificação das alíquotas interestaduais (PRS 1/2015), a criação dos fundos regionais (MPV 683/2015) e a captação de recursos para financiar os fundos.

Marcelo Vieira, representante do Grupo de Estudos Tributário Aplicados (GETAP), sugeriu que, dado a complexidade e volume de iniciativas essenciais para solucionar a questão, o primeiro passo seja a aprovação do PLP 54/2015, que retira a necessidade de unanimidade no CONFAZ para a convalidação. Além de outros pontos, ele também ressaltou os efeitos perversos do acúmulo de prejuízo fiscal de ICMS e como a equalização de alíquotas deve vir acompanhada de mecanismos que facilitem esse abatimento.

Por fim, a deputada Soraya Santos (PMDB/RJ), presidente da CFT e relatora do PLP 54/2015, agradeceu a presença dos convidados e indicou a importância não só de convalidar os incentivos, mas também de fazer uma reforma ampla do ICMS.

Câmara debate reforma tributária

A Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados realizou audiência pública com José Roberto Afonso, professor de Mestrado do Instituto Brasiliense de Direito Público e pesquisador do IBRE/FGV, para debater os rumos do sistema tributário nacional, especialmente sobre alterações constitucionais para a fusão de impostos de base de consumo e de base de renda.

O convidado iniciou sua apresentação dizendo que o Brasil não precisa de uma reforma tributária, mas sim de um novo sistema tributário. De acordo com José, o sistema atual é anti-competitivo, iníquo, centralizador e excessivamente complexo.



José Roberto apresentou proposta de um novo sistema tributário, baseado em texto do Senado de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) e ex-senador Francisco Dornelles. A proposta apresentada veio dividida em 3 fases:

1ª fase inclui, entre outros passos, na esfera administrativa: implementar a nota fiscal eletrônica universal e os recibos autônomos e criar colegiado nacional a exemplo do CMN, para tributos. Na esfera legislativa: ampliar a base da receita tributária (mesma base atual DRU), iniciar o rumo ao IVA Nacional através da reforma do PIS (crédito financeiro e regime geral não-cumulativo via imposto), reformar COFINS e incorporar IPI, reformar ICMS e ISS e fundir IRPJ/CSLL e financiamento da previdência.

2ª fase inclui, através de PEC: lipoaspiração do texto constitucional - toda matéria tributária em único capítulo e desconstitucionalização do tema - vigência por longo prazo e inclusão no CTN. Através de Projeto de Lei Complementar: projeto de novo código tributário Nacional para consolidar todas as matérias remetidas para lei complementar e ampliação para incorporar detalhamento hoje constitucional – tributos, repartição, vinculações.

3ª fase inclui a entrada em vigor da reforma constitucional e do novo código tributário, garantia por 4 anos: mesma receita pré IVA e fundos de participação, vinculações (média dos 4 anos anteriores), posteriormente, rateio do IVA entre estados: congelada mesma distribuição ICM e transição progressiva em 5 a 8 anos.

Especialistas discutem crise no Setor Elétrico

A Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio, recebeu hoje diversos representantes setoriais para debater o atual momento do setor elétrico.

Participaram da audiência: Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME); Luis Pinguelli Rosa, Diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Roberto Pereira D'Araujo, Diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (ILUMINA); Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE); Mariana Amim, Assessora Jurídica da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE) e Ildo Luis Sauer, Especialista em Energia e Professor da Universidade de São Paulo (USP).

O presidente da Abrace demonstrou a grave situação do setor. Segundo ele, o setor industrial foi o mais prejudicado com as mudanças regulatórias e em muitos casos o valor da energia elétrica não cabe mais no preço dos produtos - o que acaba por inviabilizar a produção.

De acordo com Pedrosa, o governo se preocupou com o pequeno consumidor e acabou deixando que o grande consumidor arcasse com os subsídios cruzados, tornando a política energética praticamente anti-industrial.

O professor Ildo Sauer asseverou que o setor elétrico está passando pela crise mais grave das últimas décadas, com problemas na regulação, falta de planejamento, descasamento entre o preço e o custo de geração e distribuição da energia. Defendeu, ainda, mudanças no modelo atual.



Segundo a representante da ANACE, é a primeira vez, em trinta anos, que uma situação tão crítica como essa se apresenta. Só não estamos no escuro porque o consumidor diminuiu seu consumo, disse Mariana.

O secretário do MME, Altino Ventura Filho, reconheceu que o setor elétrico brasileiro passa por dificuldades, mas disse que as questões são mais conjunturais, como a dificuldade que o País enfrenta para construir grandes hidrelétricas e a seca que afetou os reservatórios das usinas.

Foi praticamente unanimidade entre os debatedores que o marco da crise do setor foi a edição da Medida Provisória 579/12, que antecipou a renovação dos contratos de concessões das empresas do setor elétrico para forçar uma redução da conta para os consumidores.